

## Apontamentos metodológicos para análise de enquadramentos em processos deliberativos<sup>1</sup>

Danila Gentil Rodriguez Cal<sup>2</sup>

---

### Resumo:

Buscamos apresentar um caminho metodológico para a investigação de enquadramentos em processos de discussão pública a respeito de temas enraizados social e culturalmente. Enfocaremos o caso do Trabalho Infantil Doméstico (TID) no Pará, combatido por organizações sociais desde 2000. A perspectiva dos *frames* nos parece rica para a análise do TID porque sua principal disputa simbólica consiste na definição da situação em jogo (por exemplo, se o TID é uma forma de trabalho ou exploração, ajuda mútua ou caridade). Destacamos cinco aspectos teórico-metodológicos que devem ser considerados para investigações dessa natureza: 1) *Background* histórico e cultural; 2) Diferenças entre os espaços de enunciação (*metaframes*); 3) Usos da linguagem e designações; 4) Atribuição de lugar aos sujeitos; 5) Relações entre enquadramentos.

**Palavras-Chave:** Enquadramento; Deliberação; Trabalho Infantil Doméstico.

---

### 1- Introdução

De *Frame Analysis* (GOFFMAN, 1974) até hoje, o conceito de enquadramento ganhou novos contornos e usos nos estudos de comunicação e política. Muitas pesquisas equivalem *frame* a angulações da maneira pela qual os assuntos políticos são abordados pelos *media* e/ou os efeitos que provocam na audiência (DRUCKMAN; NELSON, 2003;

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta da Universidade da Amazônia (Unama). Bolsista da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa). Contato: danilagentilcal@gmail.com

PORTO, 2004; DURFEE, 2006; HUANG, 2009; VIMIERIO, 2010). Boa parte dessa trajetória acadêmica parte da ideia de que os jornalistas *constroem frames*. Outros estudos abordam de forma mais ampla a noção de enquadramento, considerando a sua *ressonância cultural* (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; REESE, 2001).

Para Goffman (1974), os enquadramentos ou quadros de sentido são princípios organizadores que permitem tornar determinada situação inteligível. Por essa razão, são eles que estruturam os acontecimentos e situam a participação e a posição de sujeitos neles. Portanto, gozam, em grande medida, de assentimento social e, principalmente, cultural. São padrões persistentes de entendimento de experiências no mundo. Para explicar esse conceito, o autor (1974, 1981) refere-se constantemente à pergunta: “O que é isso que está acontecendo aqui?”. Portanto, enquadramento diz necessariamente dos recursos sociais e culturais que as pessoas utilizam para definir uma situação.

Uma das principais preocupações de Goffman era compreender como as “relações sociais e compromissos de longo prazo e ações amplamente institucionalizadas em nossa sociedade são submetidos à confirmação ou à refutação<sup>3</sup>” durante ocasiões, principalmente, de interação face a face (GOFFMAN, 1981:68, tradução nossa). De forma complementar, Gastaldo (2008) sustenta, a partir da leitura de Goffman, que certos padrões de percepção naturalizados encarnam relações de poder e que a persistência disso pode prejudicar a politização de determinadas questões, como as de gênero.

A partir desse contexto, pretendemos, neste trabalho, indicar um percurso metodológico para apreensão dos enquadramentos mobilizados tanto em textos dos *media* quanto em espaços de conversação política. De forma mais específica, estamos interessados em elaborar um desenho de pesquisa que recupere pontos relevantes da teoria de Goffman sobre o assunto para analisar um processo de deliberação pública a

---

<sup>3</sup> Todo o período no original: “The warrant here is not merely that face-to-face activity is my area of interest, or that the organization of such activity gives rise to its own framing issues, but that our understandings of our own long-term relationships and commitments, and of our society's widely institutionalized enterprises, will be subject to confirmation and undermining during these occasions” (GOFFMAN, 1981:68).

respeito de um tema enraizado histórico, social e culturalmente: o trabalho infantil doméstico (TID).

Este trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, explicamos o que é o trabalho infantil doméstico e apresentamos os objetivos da pesquisa para a qual construímos um percurso analítico. Na segunda, o abordamos o TID a partir da noção de experiência de Quéré (2010). Em seguida, tratamos da relação entre deliberação e enquadramento para, por fim, apresentar o caminho metodológico indicado.

## **2- Desvelando o contexto**

A família está na cozinha. Uma menina morena, encostada na bancada da pia, coloca o pano de prato no ombro esquerdo. Mesa do café posta, pai e mãe sentam e começam a conversar com os filhos, um menino e uma menina. A outra moça continua em pé e observa o que acontece. Que situação é essa? Quem é essa menina que segura o pano de prato? Diferentes respostas são possíveis dependendo do enquadramento ao qual a pessoa recorre para identificá-la.

A cena descrita faz parte de um cartaz que combate ao TID no Pará. Esse tipo de trabalho infantil, mesmo proibido por lei, ainda é bastante utilizado e apresenta raízes históricas e sociais. No entanto, desde 2000, há ações de combate a esse problema no estado. A principal delas é o Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico (Petid), executado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Emaús)<sup>4</sup>, em parceria com organizações sociais, governamentais e internacionais. Uma das principais diretrizes do Petid é promover a tematização pública do trabalho infantil doméstico como uma violação de direitos da criança e do adolescente.

De acordo com as organizações que enfrentam o TID, ele é violento para meninos e meninas porque explora a mão-de-obra de pessoas que estão em processo de desenvolvimento e que deveriam estar com suas famílias, protegidos, estudando,

---

<sup>4</sup>O Cedeca-Emaús faz parte da organização não-governamental Movimento República de Emaús, fundada em 1970.

brincando, convivendo com os amigos, entre outros direitos que estão assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2002). Um risco do TID é o de as meninas serem vítimas de violência física e moral, como humilhação, maus-tratos, discriminação e até abuso sexual.

O fato de o TID ocorrer em ambientes privados torna mais difícil que ele seja considerado um problema, uma exploração. “Crianças exploradas no serviço doméstico são ‘invisíveis’, escondidas atrás de portas fechadas e difíceis de alcançar<sup>5</sup>” (OIT, 2004:64, tradução nossa). De acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “existe uma percepção de que a criança está a salvo nesses lugares e que não é, em nenhum caso, da conta de ninguém interferir no que ocorre nos lares privados<sup>6</sup>” (OIT, 2004:64, tradução nossa).

Por vezes, a menina doméstica<sup>7</sup> é vista como “cria” da casa e passa como herança de mãe (patroa) para a filha, quando esta sai de casa. A questão de gênero também nos remete a esse entendimento naturalizado sobre o TID, já que a maioria das crianças e dos adolescentes que o pratica são meninas (BLAGBROUGH, 2008; OIT, 2004; LAMARÃO, MENEZES, FERREIRA, 2000). Hoyos (2000) cita uma pesquisa em que as próprias mulheres trabalhadoras domésticas consideram-se como desocupadas e não reconhecem como trabalho as atividades que realizam em casa.

Portanto, entre as causas para o trabalho infantil doméstico estão não só a pobreza e as desigualdades sociais, mas também o fato de parte da sociedade aceitar como natural e até educativa essa prática. Em muitos casos, as pessoas acreditam que é melhor o menino ou a menina estar trabalhando do que “solto nas ruas” ou que o trabalho é uma boa alternativa para as crianças pobres. Para muitas famílias, o trabalho

---

<sup>5</sup> No original: “Children exploited in domestic service are ‘invisible’, hidden behind closed doors and difficult to reach”.

<sup>6</sup> No original: ““There is a perception that the child is safe within this setting and that it is not, in any case, anyone else’s ‘business’ to ‘interfere’ in what happens in a private home”.

<sup>7</sup> Como a maioria das crianças e dos adolescentes que trabalham como domésticas é menina (Blagbrough, 2008; LAMARÃO, MENEZES, FERREIRA, 2000), usaremos prioritariamente pronomes e termos femininos para nos referirmos aos trabalhadores infantis domésticos.

infantil é visto como dignificante e educativo, pois ensina um ofício, em contraposição ao ócio, relacionado à vagabundagem ou à marginalidade (HEILBORN, 2000:3).

A partir desse quadro de sentidos em que a utilização da mão-de-obra de crianças ou adolescentes como domésticas é considerado algo natural, a situação apresentada no início desta seção pareceria, provavelmente, pouco problemática. É somente com a atuação de organizações que lutam pelos direitos da criança e do adolescente, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, que essa atividade começa a ser questionada no Brasil e no Pará, especificamente. Se, para a sociedade como um todo, o tema é de difícil problematização, supomos que também o seja entre as pessoas diretamente concernidas, as trabalhadoras infantis domésticas (TIDs), principalmente por essa prática ser permeada de relações de poder latentes.

Nossa proposta de pesquisa, para a qual buscamos esboçar nesse trabalho alguns referenciais metodológicos, consiste em analisar, em dois contextos distintos, (1) o espaço de visibilidade pública e (2) momentos de interação e conversação política com trabalhadoras infantis domésticas e ex-trabalhadoras: a) os enquadramentos do trabalho infantil doméstico apresentados; b) as posições/os lugares atribuídos aos sujeitos diretamente afetados (meninas trabalhadoras); c) os sentidos mobilizados pelos afetados sobre o TID.

Partimos da ideia de que pode haver uma tensão, um conflito entre diferentes enquadramentos do TID, mas não sabemos como essa relação se estrutura nesses 10 anos de atuação do Petid. Para desenvolver a pesquisa, iremos realizar, além da investigação das matérias jornalísticas, entrevistas e grupos focais, com três públicos distintos: ex-trabalhadoras domésticas, hoje adultas, não ligadas ao Petid; adolescentes trabalhadoras domésticas não ligadas ao Petid; e, por fim, ex-trabalhadoras infantis domésticas que já participaram do Petid. Como hipóteses de trabalho, temos: (1) os enquadramentos apresentados pelos jornais e pelo Petid serão desafiados pelas TIDs e ex-TIDs com base nas experiências delas e na interação entre as participantes nos grupos focais e, por isso, reorganizados de forma a compor elementos de um novo

quadro de referência; (2) esse rearranjo desvelará relações de poder latentes na prática do TID e, por isso, até então não problematizadas por elas.

### **3- TID como experiência**

A partir de Quéré (2010), entendemos o TID como experiência. Segundo o autor, ela é impessoal, objetiva e, portanto, externa ao sujeito. É a própria situação tal qual ela ocorre. Sobre esse assunto, França (2010:43) ressalta que a experiência “diz respeito às propriedades daquilo ou daquele ao qual o sujeito foi exposto e submetido”. Ela só é subjetivada quando apropriada pelos sujeitos e é ao assimilar experiências, o que geralmente ocorre em interação, que os sujeitos se constituem:

o processo impessoal que é a experiência se torna “minha” experiência por uma interpretação ou ato retrospectivo de apropriação, geralmente no contexto de interações sociais em que se coloca a possibilidade de reivindicar ou atribuir uma responsabilidade. (QUÉRÉ, 2010:19).

Essa dinâmica, destaca França (2010:40), pode contribuir para o desenvolvimento das capacidades de discernimento e escolha dos indivíduos. “Sofrer” uma experiência, ou seja, ser afetado por ela, suscita uma reação, um agir em consequência. Quéré (2010) afirma ainda que a pessoa e o ambiente são “fatores da experiência”, que compõem o agente integrado que a constitui. No entanto, ao se apropriar dela, quem está envolvido reivindica sua condição de sujeito individual capaz de lhe dar respostas. “Apropriar-se de uma experiência é dizê-la sua e fazê-la sua. Isso implica um ato de interpretação a partir de uma perspectiva” (QUÉRÉ, 2010:32).

A nosso ver, esse processo solicita o acionamento de um quadro de sentidos para que o sujeito entenda o que está ocorrendo ou o que ocorreu. De acordo com França (2010:41), “é o contexto que nos permite identificar o valor de um enunciado ou qual jogo está sendo jogado naquela situação”. Esse movimento pode ocorrer em diferentes processos de interação desde que haja “gestos significantes” (MEAD, 1934) capazes de estimular a reflexividade.

Esse processo de apropriação reflexiva da experiência pode levar a certo grau de emancipação. Tal como Habermas, entendemos que o conceito de emancipação consiste em “um tipo especial de auto-experiência porque nela os processos de auto-entendimento se entrecruzam com um ganho de autonomia” (1993:99). E um dos tipos de interação que podem favorecer essa conquista é a troca deliberativa.

Importante ressaltar que compartilhamos com Mansbridge (1999), Dryzek (2000, 2004), Young (2001) e Bachtiger et al (2009) a ideia de que há espaço em processos deliberativos para outras formas de comunicação que não apenas o argumento. Para isso, recorreremos ao conceito de sistema deliberativo. Concordamos com Bachtiger et al (2009) que propõem pensarmos no sistema deliberativo a partir de uma abordagem sequenciada na qual os estágios iniciais (mais criativos, mais informais) podem ser fomentados por diferentes formas de comunicação e, na medida em que se desenvolve a capacidade deliberativa dos sujeitos e instituições em disputa, passa-se a formas mais argumentativas e racionais, de maneira que elas “envolvam a pesagem sistemática de contra-argumentos e propostas e a conexão de perspectivas particulares a interesses mais generalizados” (BACHTINGER et al., 2009:28).

No processo completo do sistema deliberativo as suas diferentes partes se influenciam mutuamente, de tal forma que as conversações cotidianas, assim como os *media*, as assembleias, fóruns e movimentos sociais poderiam influir no sistema político mais formal, ou seja, na tomada coletiva de decisões, do mesmo modo como o fluxo contrário também seria possível (MANSBRIDGE, 1999). Na nossa proposta de pesquisa, estamos mais interessados nesse segundo fluxo, que trata da legitimação discursiva de políticas do Estado, já que, apesar das normas terem avançado em relação ao combate ao TID<sup>8</sup>, isso parece não ter gerado uma modificação considerável nos padrões culturais e sociais de entendimento do trabalho infantil doméstico.

---

<sup>8</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069, de 1990) proíbe o trabalho de pessoas menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, o que não se aplica ao trabalho infantil doméstico. Merece destaque ainda a inserção do TID pelo Governo Brasileiro na lista de piores formas de trabalho infantil (Decreto n°. 6.481, de 12/06/2008), que segue as diretrizes da Convenção 182 da OIT. A partir de então, o trabalho doméstico só pode ser exercido por maiores de 18 anos.

Assim, Mansbridge (1999) aposta nas conversações do dia-a-dia como formas informais e cotidianas de transformações políticas. Tanto que ela afirma que nem todas as questões que merecem/precisam ser discutidas pela sociedade passam necessariamente pela esfera do Estado. Esse fluxo se orienta a partir do que a autora chama de “ativismo cotidiano”.

A ideia é que por meio de discussões ou ações diárias as pessoas questionem o que é tido por certo e construam novos entendimentos. Na medida em que esse processo vai ganhando mais espaço e aceitação nesses ambientes informais, “muitas pessoas, incluindo não-ativistas, começam a mudar suas vidas de forma a corresponder da melhor forma a esses novos ideais” (MANSBRIDGE, 1999:220, tradução nossa). Segundo a autora, não devemos nos preocupar se cada interação do sistema deliberativo apresenta os ideais da deliberação (como consistência dos argumentos, entendimento, reciprocidade), mas sim se o sistema amplo reflete esses objetivos<sup>9</sup>.

#### **4- Deliberação e enquadramento**

Frente a questões controversas, a deliberação é vista por alguns autores como o espaço de revisão do que é tido por certo e para a construção de novos significados e interpretações alternativas para os problemas coletivos (HABERMAS, 1997A; BOHMAN, 2000; GUTMANN; THOMPSON, 2004; DRYZEK, 2000, 2004; ROSTBØLL, 2008). Através da discussão pública, os participantes são capazes de refletir e mudar suas preferências e pontos de vista (DRYZEK, 2000).

Segundo Rostbøll (2008), por meio do processo deliberativo formas de submissão até então irrefletidas podem ser questionadas e politizadas. Isso porque a deliberação torna visíveis e públicos pressupostos subjacentes de nossa cultura, do que é

---

<sup>9</sup> A autora ressalva que ao utilizar a palavra “sistema”, não pretende sugerir que as diversas partes desse todo ajam de forma mecânica e perfeitamente previsível entre si, mesmo sabendo que essas são qualidades atribuídas no discurso ordinário a um sistema: “ao invés disso, quero sugerir uma inter-relação entre as partes, de modo que uma mudança em uma delas tende a afetar as outras” (MANSBRIDGE, 1999:228, tradução nossa).

compartilhado, e os fazem objeto de reflexão, consideração e avaliação. Por essa razão, o autor destaca o potencial emancipatório da teoria deliberativa.

A principal vantagem dessa prática política é a possibilidade de criticar ideologias, vieses, convenções e outros. Criticar a validade de um proferimento é quebrar um consenso, mesmo que o objetivo seja sempre restaurá-lo depois, através da discussão. Nesse sentido, a linguagem tanto pode ser usada para emancipação, quanto para fins de dominação e poder social. “Se o acordo for resultado de dominação ideológica, então o objetivo da deliberação é mostrar que esse acordo é só aparente” (ROSTBØLL, 2008:149)<sup>10</sup>.

No entanto, uma questão que esse autor se coloca é: como grupos vulneráveis podem se dar conta dos processos que sustentam a exploração? Ou ainda, nos temos de Lukes (1980), como reconhecer essa face subjacente do poder? De acordo com esse último, ordens sociais existentes sustentam seu poder por meio de práticas institucionalizadas e “verdades” culturalmente aceitas. Entendemos “poder” como a capacidade de afetar significativamente o outro, mesmo de forma subjacente e não explícita para o sujeito concernido. Por essa razão, nem precisaria haver um conflito real entre as partes para que as relações de poder fossem percebidas, mas, sim, um conflito latente (constituído por uma contradição entre os interesses dos que têm o poder e os “verdadeiros interesses” daqueles por eles afetados). Portanto, as relações de exploração normalmente são subjacentes às práticas e aos posicionamentos dos atores sociais.

Como já vimos, uma mesma situação pode ser definida a partir de enquadramentos distintos. São eles que nos ajudam a identificar as coisas no mundo e a lhes atribuir sentido. A ação dos sujeitos é baseada na definição que utilizam da situação em que se encontram. Assim, entendem como se comportar, o que devem fazer, o que pode ser dito (GOFFMAN, 1974). Lembramos que, tal como Gastaldo (2008), defendemos que a teoria do enquadramento é profícua para o desvelamento de relações de

---

<sup>10</sup> No original: “But if the agreement is the product of ideological domination, then the aim of deliberation is to show that the agreement is only apparent”.

poder. Isso porque os enquadramentos ao mesmo tempo em que incluem determinados sentidos, também deixam nuances da situação fora do quadro (BATESON, 2002).

Uma correspondência ou isomorfismo é então requerida entre percepção e a organização daquilo que é percebido, apesar do fato de que há provavelmente muitos princípios de organização válidos que poderiam, mas não informam a percepção<sup>11</sup> (GOFFMAN, 1974:26).

E, nesse contexto, relações de poder podem permanecer tácitas e, portanto, não questionadas até que esses quadros sejam transformados e reorganizados. Segundo Goffman (1981:68): “Enfrentamos a possibilidade momento-a-momento (autorizada em casos especiais ou não) que o nosso senso firme do que está acontecendo além da situação social atual ou dentro dela, pode ter que começar a ser questionado ou alterado<sup>12</sup>”. Assim, consideramos ainda que pode haver sobreposição e conflitos entre diferentes quadros de sentido a respeito de um mesmo fenômeno.

## **5- Percorso metodológico tentativo**

Mas como operacionalizar a análise proposta? Diversas têm sido as metodologias empregadas para análise de *frames*. König (2005) faz um panorama dessas abordagens que ele divide entre qualitativas e quantitativas. As primeiras, segundo ele, são as mais comuns e utilizam, principalmente, técnicas emprestadas de outras áreas, como a sociolinguística e a análise de discurso. Já as segundas são raras, mas o modelo analítico empregado é mais claro. De acordo com esse autor, normalmente é feita uma lista com alguns indicadores para identificação de enquadramentos, como os principais termos e os atributos de cada um deles.

---

<sup>11</sup> No original: “A correspondence or isomorphism is thus claimed between perception and the organization of what is perceived, in spite of the fact that there are likely to be many valid principles of organization that could but don’t inform perception”.

<sup>12</sup> No original: “We face the moment-to-moment possibility (warranted in particular cases or not) that our settled sense of what is going on beyond the current social situation or within it may have to begin to be questioned or changed”.

Klandermans et all. (2002) referem-se à construção de metodologias para análise de temas relacionados a movimentos sociais como arte porque demandam criatividade – “social-scientific work is, in fact, creative” (KLANDERMANS et all., 2002:315). Esses autores afirmam que é um desafio metodológico encontrar formas para verificar empiricamente modificações culturais a partir da ação de movimentos sociais. Eles citam Gamson: “os referentes das mudanças culturais estão em torno de nós, difusos através da sociedade civil de muitas maneiras, mas isso não nos diz onde olhar para acessar esse impacto<sup>13</sup>” (GAMSON, 1998:57 apud KLANDERMANS et all., 2002:315). Nesse sentido, o próprio Gamson propõe que se procurem essas transformações nos *media*, tanto em relação a quais assuntos são aceitos pelos meios de comunicação quanto em relação aos *frames* que são mobilizados.

Concordamos com o autor sobre a importância de se analisar os enquadramentos acionados pelos *media* para análise de temas que desafiam entendimentos cristalizados socialmente, o que é caso do TID. Até porque os *media* correspondem ao principal palco da esfera de visibilidade social e, por isso, são considerados a espinha dorsal da esfera pública (HABERMAS, 2009). Segundo o autor, “a comunicação pública é uma força que tanto estimula e orienta os desejos e as opiniões dos cidadãos, como, ao mesmo tempo, obriga o sistema político a se adaptar e a ser mais transparente” (HABERMAS, 2009:136).

Apesar dessa “força” dos *media*, Gomes (2008) e Maia (2008) ressaltam que os cidadãos utilizam seus próprios repertórios de experiência para interagir e interpretar os produtos midiáticos. E é esse repertório que eles irão utilizar nas interações simples, nas conversações ordinárias, inclusive sobre questões políticas. Da mesma forma como, a partir dessas discussões, há possibilidade de deslocamento de mapas de sentido tematizados na cena pública e também de reflexão sobre as experiências dos sujeitos, que também podem ser ressignificadas.

---

<sup>13</sup> No original: “The referents for cultural change are all around us, diffused through the civil society in a thousand ways, but this does not tell us where to look to assess impact”.

Por isso, propomos ir além da análise dos textos da mídia, e realizar entrevistas e grupos focais, entendidos como espaços de discussão<sup>14</sup>, com pessoas diretamente concernidas pelo tema em tela. No caso do TID, analisaremos ainda peças das campanhas de publicidade do Programa de Enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico, como fazendo parte do processo de discussão pública desse assunto. Essa abertura metodológica permitirá o acesso a um rico material sobre como enquadramentos foram acionados, mobilizados ou deslocados em diferentes espaços de enunciação.

Merece destaque ainda o enfoque no concernido: como sujeitos que sofrem situações de exploração as entendem? Ao investigarmos a construção de sentidos sobre o TID por pessoas que vivem ou já viveram essa realidade e que foram/são beneficiadas ou não pelo Petid, poderemos comparar os resultados e avaliar as diferenças de percepção entre elas sobre o contexto em que estão inseridas.

Na tentativa de apontar um caminho metodológico que possa atender aos objetivos da pesquisa e, ao mesmo tempo, contribuir para outros estudos na área de deliberação e enquadramento, destacamos cinco pontos que devem ser considerados para a investigação de quadros de sentido: 1- *Background* histórico e cultural; 2- Diferenças entre os espaços de enunciação (*metaframes*); 3- Usos da linguagem e designações; 4 – Atribuição de lugar aos sujeitos; 5- Relações entre enquadramentos.

### **5.1 *Background* histórico e cultural**

Se enquadramentos são princípios organizadores compartilhados socialmente e persistentes ao longo do tempo (GOFFMAN, 1974; REESE, 2001), torna-se necessário, para que esses “esquemas de interpretação” (GOFFMAN, 1974) sejam percebidos, que

---

<sup>14</sup> Importante destacar que entendemos os grupos focais como um espaço de interação, de conversação sobre o assunto, onde há produção discursiva, e não como espaço de checagem de resultados de sondagens de opinião, como eles são normalmente vistos pela pesquisa mercadológica (MORGAN, 1997; BARBOUR; KITZINGER, 2001). Além disso, em pesquisas anteriores esse método de coleta de dados mostrou-se bastante rico em estudos sobre deliberação pública (CAL, 2007; MARQUES; ROCHA, 2006; DUCHESNE e HAEGEL, 2010).

qualquer pesquisa nessa área abranja um período razoável de tempo e um leque variado de compreensões históricas, sociais e políticas relacionadas à temática em questão. Segundo Goffman, “*Frames* são uma parte central da cultura e são institucionalizados de várias formas. Eles estão sujeitos historicamente a mudanças” (1981:63)<sup>15</sup>. Apesar de notar esse fato em *Frame Analysis*, Goffman não fornece muitos detalhes sobre como essas transformações ocorrem. Cabe ao analista o esforço de criar meios para evidenciar essas transformações.

Um apanhado de como os fatos ocorreram e os assuntos foram tratados é um elemento essencial para compreendermos definições recorrentes de uma mesma situação. Elas podem ser coletadas tanto por meio de pesquisa documental, quanto por entrevistas.

Desse modo, será possível perceber diferentes fases no estado da questão e, ainda, relacionar esses momentos com os quadros de sentido mobilizados pelos sujeitos e pelos textos dos *media* em diferentes âmbitos discursivos.

Sobre a análise a respeito de novos significados sociais produzidos a partir da atuação de movimentos sociais, Tarrow (1992:198) afirma que “apenas as análises de longo prazo que incorporem investigações empíricas à História vão começar a lidar com esse problema essencial<sup>16</sup>”. Em relação ao TID, será preciso contextualizar esse tema, a partir do histórico da realização dessa prática e também das ações de organizações sociais para o seu enfrentamento. Por essa razão, nosso recorte temporal abrange 10 anos de execução do Petid (2000-2009), inclusive, pretendemos ouvir mulheres que eram adolescentes trabalhadoras domésticas no início desse período e meninas que trabalham hoje.

---

<sup>15</sup> No original: “Frames are a central part of a culture and are institutionalized in various ways. They are subject to change historically”.

<sup>16</sup> No original: “Only long-term analyses that embed empirical analyses in history will begin to deal with this essential problem”.

## 5.2 Diferenças entre os espaços de enunciação – *Metaframes*

Bateson, uma das referências utilizadas por Goffman, sustenta que a comunicação verbal humana sempre atua em diferentes níveis de abstração (BATESON, 2002). Um primeiro seria a *metalinguagem*, quando o assunto do discurso é a própria linguagem. Um segundo é o que ele chama de *metacomunicativo*, quando “o assunto do discurso é a relação entre os falantes” (BATESON, 2002:87). É essa ideia que inspira a concepção de *frame* com a qual estamos trabalhando. É justamente o nível *metacomunicativo* que torna possível perceber qual o tipo de situação que está ocorrendo e, portanto, o enquadramento.

Além desses, propomos outro nível para fins analíticos, o *metaframe*. Ele consiste na análise do próprio contexto em que os enquadramentos são mobilizados, ou seja, na identificação dos constrangimentos e das possibilidades da situação de comunicação circundante à própria análise de enquadramentos. Podemos pensar, por exemplo, nas implicações de estudar determinados quadros de sentido levantados em um jornal impresso ou um telejornal. Isso porque jornais, campanhas de publicidade, entrevistas, grupos focais, para citar mais exemplos, são situações de comunicação distintas no interior das quais quadros de sentido podem ser acionados e questionados.

De forma semelhante, Braga e Gastaldo, a partir da teoria de Goffman, afirmam que:

Telefonemas, e-mails ou telejornais não são simplesmente meios de transmitir informação, eles envolvem interações complexas, cercadas por saudações, solicitações e despedidas. Cada um destes elementos estrutura a mensagem trocada ou, nos termos de Goffman, ‘enquadra’ a experiência da interação (BRAGA; GASTALDO, 2010:106).

Portanto, entender as implicações desses contextos é uma etapa importante de uma pesquisa como a que propomos, já que envolve diferentes âmbitos comunicativos.

### **5.3 Usos da linguagem e designações**

As pesquisas nessa área devem ter como pressuposto que a linguagem participa da própria construção da dimensão social (BATESON, 2002; QUÉRÉ, 1991; ROSTBØLL, 2008). De acordo com Quéré (1991:7), entender uma linguagem “implica compreender as atividades sociais da qual é parte integrante, compreender aquilo que articula as práticas, as orientações e as relações das pessoas em uma ‘forma de vida’”.

Estamos falando, portanto, da linguagem em uso na própria situação de interação. Para França (2010:41), a complexidade da linguagem faz parte da organização de nosso “estar no mundo”. Segundo a autora, “a linguagem permite diferentes usos, e falamos coisas diferentes falando aparentemente da mesma maneira” (FRANÇA, 2010:41). Assim, o contexto comunicativo é fundamental para o entendimento do que está acontecendo. Goffman (1971:192) explica que as pessoas normalmente titulam suas relações sociais, atribuem nome a elas.

Dessa forma, podemos inferir que o ato de nomear diz dos enquadramentos e, em consequência, das relações de poder, diz do assentimento ou do questionamento a respeito de situações sociais. Em relação ao TID isso é determinante para o entendimento da situação. Referir-se à relação de trabalho como, por exemplo, ajuda ou como caridade para com meninas pobres diz muito sobre o *frame* a partir do qual esse fenômeno é lido.

A partir dessas considerações, pretendemos investigar como o trabalho infantil é nomeado nos diferentes espaços de enunciação; como os sujeitos envolvidos são referenciados; e, como as relações entre adolescentes-patrões e adolescentes-família são designadas.

### **5.4 Atribuição de lugar aos sujeitos**

À pergunta principal para a identificação de frames (“o que é isso que está acontecendo aqui?”) devem ser acrescentadas outras complementares, como “Quais os

sujeitos envolvidos?” e, principalmente, “Que posição eles ocupam nesse enquadramento?”. Ao comentar uma resenha crítica do livro *Frame Analysis*, Goffman (1981:62) ressalta que o seu apelo:

não é que não se deva ver que são pessoas com biografias únicas interagindo, mas que se deve avançar deste fato confortável para tentar desvelar as principais razões pelas quais é atribuído lugar a essas histórias pessoais e o quadro de entendimentos normativos que isso implica, o que, naturalmente, traz-nos de volta a padrões e estruturas<sup>17</sup>.

Portanto, devemos buscar formas de entender como os sujeitos são posicionados em determinado enquadramento, da mesma maneira, que precisamos entender como os *frames* repercutem nessas histórias pessoais. Qual a relação entre um quadro de sentidos e as histórias através dele apresentadas? Como o próprio autor destaca, precisamos analisar os padrões dessa vinculação.

Sobre esse assunto, França afirma que “existe uma ‘instituição’ que nos coloca tal e qual papel; o agenciamento dos sujeitos, portanto, é algo que acontece, sim, em situação, frente ao outro e sancionado pelo “outro generalizado” (FRANÇA, 2010:51). Desse modo, os sujeitos são compelidos a ocupar determinados lugares em um processo de interação. Esse nos parece ser um ponto fundamental para análise de questões políticas haja vista que diz da participação dos indivíduos e também estimula a reflexão sobre as possibilidade de mudança e transformação desses papéis estabelecidos.

No caso do TID, iremos examinar ainda, no escopo da visibilidade pública, os *frames* mobilizados e a relação com as histórias de vida de meninas trabalhadoras doméstica; já nas entrevistas e nos grupos focais, nossa preocupação será analisar a forma como a subjetivação da experiência trabalho infantil doméstico pode ou não revelar relações de poder até então latentes.

---

<sup>17</sup> No original: “My plea then is not that one should not see that it is persons with unique biographies who do the interacting, but that one should move on from this warming fact to try to uncover the principled ways in which such personal histories are given place, and the framework of normative understandings this implies; which of course bring us back to patterns and structures”.

## 5.5 Relações entre quadros de sentidos

Por fim, em estudos como o nosso, que tratam do questionamento de práticas e entendimentos arraigados cultural e socialmente, consideramos fundamental analisar a relação entre enquadramentos. Após a identificação dos quadros de sentido que foram “postos em ação” em um determinado período histórico, é imperativo verificarmos as interfaces e os tensionamentos entre eles. Até porque, como nos alerta Goffman (1981), chega um momento em que nossos sentidos mais enraizados podem ser objeto de contestação e questionamento.

A partir da teoria dos *frames*, considerados “esquemas de interpretação” (GOFFMAN, 1974), podemos dizer que o processo deliberativo envolve necessariamente a mobilização de quadros de sentido, os quais servem de referência para que os sujeitos se coloquem discursivamente, entendam e discutam um assunto ou situação.

Por deliberação, compreendemos a competição de discursos na esfera pública (DRYZEK, 2000; 2004) e, por discursos, referimo-nos a um modo compartilhado de se entender o mundo incrustado na linguagem. Segundo Dryzek, “um discurso sempre apresentará determinadas assunções, juízos, discordâncias, predisposições e aptidões. (...) Conseqüentemente, qualquer discurso terá em seu centro um enredo, o qual pode envolver opiniões tanto sobre fatos como valores” (DRYZEK, 2004, p.49). Importante ressaltar que não estamos fazendo equivalência entre discurso e enquadramento, mas sustentamos que os discursos partem de determinados enquadres.

Nesse sentido, Maia (2009) refere-se à concorrência entre enquadramentos em situações de debate público. Segundo a autora, os enquadramentos possuem uma ideia central “que delimita o campo interpretativo que busca dar sentido a uma questão, definindo posições e buscando destacar elementos relevantes em disputa” (MAIA, 2009: 308). Um enquadramento, destarte, atrai determinados discursos, no sentido proposto por Dryzek (2000; 2004), a partir do quais podemos desvelá-lo.

Propomo-nos, então, a analisar a relação entre diferentes enquadramentos sobre o trabalho infantil doméstico tanto tornados publicamente acessíveis no ambiente midiático, quanto mobilizados pelos sujeitos concernidos em momentos de discussão sobre o assunto. Essa questão nos parece instigante já que se trata de um tema naturalizado e que se tornou objeto de enfrentamento por organizações da sociedade civil há mais de 10 anos. Acreditamos que, por meio do processo deliberativo, formas cristalizadas de entendimento do mundo podem ser problematizadas, o que provocaria uma reorganização das percepções das experiências e, portanto, dos enquadramentos.

## **6 - Considerações finais**

Nosso objetivo neste trabalho foi apontar uma direção metodológica para a investigação do processo de discussão pública a respeito do TID a partir das formulações de enquadramento feitas por Goffman (1974; 1981). Partimos da constatação que o termo “enquadramento” tem diferentes aplicações na área de comunicação e política e, por isso, recorreremos ao principal autor para encontrar possíveis caminhos para análise.

Consideramos a perspectiva de quadros de sentido absolutamente rica para a análise do caso do enfrentamento ao trabalho infantil doméstico porque a maior disputa simbólica em torno desse tema consiste na definição da situação. Nesse sentido, relacionar esse referencial teórico ao de deliberação parece-nos um movimento bastante profícuo já que permitirá revelar os sentidos de fundo que são mobilizados quando da discussão sobre o TID.

Os cinco pontos sugeridos como percurso metodológico ainda precisam de um segundo nível de desdobramento para que as categorias levantadas sejam refinadas. Ainda assim, acreditamos que essa proposta traz ganhos analíticos em, pelo menos, três pontos: primeiramente porque considera o contexto comunicativo (e deliberativo) mais amplo; segundo, porque permite considerar as especificidades de cada âmbito nos quais

os enquadramentos são encarnados; e, por fim, extrapola a análise de processos deliberativos para além de proferimentos e argumentos.

## 7 – Referências

BACHTIGER et all. Disentangling Diversity in Deliberative Democracy: competing theories, their blind spots and complementarities. **Journal of Political Philosophy**, Blackwell, 2009.

BARBOUR, R.S.; KITZINGER, J. **Developing focus group research: politics, theory and practice**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, 2001.

BATESON, G. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 85-105.

BLAGBROUGH, J. Child Domestic Labour: A Modern Form of Slavery. **Children & Society**, 2008, v.22, no 3, p. 179-190.

BOHMAN, J. **Public Deliberation: Pluralism, complexity and democracy**. Massachusetts/USA: MIT Press, 2000.

BRAGA, A; GASTALDO, E. Perspectivas naturalistas em Comunicação. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I.; MARTINO, C. **Pesquisa Empírica em Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010, p. 87-108

BRASIL. Ministério da Justiça. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8.069/1990. Brasília, 2002.

CAL, D. **Entre o privado e o público: contextos comunicativos, deliberação e trabalho infantil doméstico**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2007.

CEDECA-EMAÚS. **Reflexões para Enfrentamento do trabalho infantil doméstico de crianças e adolescentes, promoção e garantia de seus direitos**. Belém, Cedeca-Emaús, 2002.

DRUCKMAN, J.; NELSON, K. Framing and deliberation: how citizens' conversations limit elite influence. *American Journal of Political Science* 47, 2003, p. 729-745.

DRYZEK, J. S. **Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations**. Nova Iorque: Oxford, 2000.

DRYZEK, J. S. Legitimidade e Economia na Democracia Deliberativa. In: COELHO, Vera S. P.. NOBRE, Marcos. **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 41 a 62.

DUCHESNE, S.; HAEGEL, F. What Political Discussion Means and How Do the French and (French-Speaking) Belgians Deal with It? In: Ikeda, K.; Wolf, M. R.; Morales, L. **Political Discussion in Modern Democracies**: a comparative perspective. Taylor and Francis, 2010.

DURFEE, J. "**Social Change**" and "**Status Quo**": Framing Effects on Risk Perception : An Exploratory Experiment, *Science Communication* 2006 Disponível em <<http://scx.sagepub.com/content/27/4/459>> , acesso em 01 dez 2010.

FRANÇA, V. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: LEAL, B.; MENDONÇA, C.; GUIMARÃES, C. (orgs); *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 39-56

GAMSON, W. News as framing: comments on Graber. **American Behavioral Scientist**, Novembro, 1989 vol. 33 no. 2, p.157-161.

GAMSON, W; MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach, **The American Journal of Sociology**, Vol. 95, No. 1 (Jul., 1989), pp. 1-37.

GASTALDO, E. **Goffman e as relações de poder na vida cotidiana**. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2008, vol.23, n.68, pp. 149-153.

GOFFMAN, E. Tie-Sign. In: GOFFMAN, E. *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*. New York: Basic Books, 1971, p. 188-237.

GOFFMAN, E. A Reply to Denzin and Keller. *Contemporary Sociology*, Vol. 10, No. 1 (Jan., 1981), p. 60-68 Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/2067804>>, acesso em 01 dez 2010.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**: an essay on the organization of experience. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GUTMANN, A. THOMPSON, D. What deliberative democracy means? In: GUTMANN, A. THOMPSON, D. **Why deliberate democracy?** Princeton University Press, 2004. p. 01-61.

HABERMAS, J. *Europe: the faltering project*. Cambridge: Polity Press, 2009.

- HABERMAS, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: **Direito e Democracia: entre faticidade e validade**. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 57- 123.
- HABERMAS, J. Para a Reconstrução do Direito (2): os princípios do Estado de Direito. In: **Direito e Democracia: entre faticidade e validade**. Volume I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 169- 240.
- HABERMAS, J. **The theory of Communicative Action**. Volume II. Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1987. p. 2-42, p. 114-197, p. 301-401.
- HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action: Reason and the rationalization of society**. Volume I. Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984, p. 30- 42.
- HOYOS, S. ¿Y quién la mandó a ser niña? El trabajo infantil doméstico desde una perspectiva de género. In: VARGAS, G. A.; GARCÍA-MÉNDEZ, E.; HOYOS, S.(ed.). **Trabajo Infantil Doméstico: ¿Quién la mandó a ser niña?** Bogotá: TM Editores/UNICEF, 2000, p. 109-135.
- HUANG, H. **Frame-Rich, Frame-Poor: an investigation of the contingent effects of media frame diversity and individual differences on audience frame diversity**. *International Journal of Public Opinion Research*, 2009, Vol. 22 No. 1. pp. 47-73.
- KLANDERMANS, B. et all. Conclusion: Blending Methods and Building Theories in Social Movement Research. In: KLANDERMANS, B; SRAGGENBORG, S. (eds.) **Methods of social movement research**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002, p. 314-340.
- KÖNIG, T. **Identification and Measurement of Frames**. 2005. Disponível em <<http://www.ccsr.ac.uk/methods/publications/frameanalysis>>, acesso em 05 dez 2010.
- LAMARÃO, M.; MENEZES, S.; FERREIRA, W. **O Trabalho doméstico de meninas em Belém**. Belém: Cedeca-Emaús, 2000.
- MAIA, R. C. M. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2 - Brasília, julho/dezembro de 2009, p. 303-340.
- MAIA, R. C. M. Deliberação e Mídia. In: MAIA, R. C. M (coord.). **Democracia e Mídia: dimensões da deliberação**. São Paulo: Editora FGV, 2008, p. 93-121.

MANSBRIDGE, J. Everyday Talk in Deliberative System. In: MACEDO, Stephen (ed.). **Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 211-239.

MARQUES, A; ROCHA, S. A produção de sentido nos contextos de recepção: em foco o grupo focal. **Fronteiras**, vol. VIII, nº 1, jan./abr. 2006, p.38-53.

MEAD, G. **Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist**. Chicago: University of Chicago, 1934.

MORGAN, D. **Focus Groups as qualitative research**. London: Sage, 1997.

OIT. **Helping Hands or Shackled Lives? – Understanding Child Domestic Labour and Responses to it**. 2004. Disponível em <<http://www.ilo.org/ipeinfo/product/viewProduct.do?productId=348>>, acesso em 10 abr 2010.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Albino. **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 74 a 104.

QUÉRÉ, L. D'un modèle épistemologique de la communication à um modèle praxéologique. *Réseaux*, Paris, CNET, n. 46/47, p. 69-90, mar-abril 1991.

QUÉRÉ, L. O caráter impessoal da experiência. In: LEAL, B.; MENDONÇA, C.; GUIMARÃES, C. (orgs) *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 39-56

REESE, S. **Prologue – Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research** In: REESE, Stephen D. GARDY Jr., Oscar H. GRANT, August E. *Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of social world*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2003, p. 07 a 31.

RIZZINI, I; FONSECA, C. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais**. OIT/IPEC, 2002.

ROSTBØLL, C. F. **Deliberative freedom: deliberative democracy as critical theory**. Albany: State University of New York Press, 2008.

SABÓIA, A. **As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica**. OIT/IPEC, 2000.

TARROW, S. Constructive Meanings Through Action. In: MORRIS, A.; MUELLER, C. (ed). **Frontiers In Social Movements Theory**. New Haven e Londres: Yale University Press, 1992, p. 174-202.

VIMIERIO, A. **Cultura Pública e Aprendizado Social**: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008). Dissertação de Mestrado em Comunicação Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

YOUNG, I. Activist Challenges to Deliberative Democracy. **Political Theory**, Vol. 29, nº 05, 2001, p. 670-690.